

ESPAÇOS PÚBLICOS ENQUANTO ESPAÇOS DE ABERTURAS E INDETERMINAÇÃO: UMA FENOMENOLOGIA DA EXPERIÊNCIA URBANA EM CAMPINAS (SP)

LUIZ TIAGO DE PAULA¹

Situação 1: quando o privado vira público

Subúrbio da cidade, um supermercado popular, que tem sua rede de franquias espalhada por diferentes bairros da região metropolitana, instala uma unidade em na Av. Presidente Juscelino, uma das principais vias do bairro Vila Pompéia, esquina com a R. Itatiba, em Campinas.

Avenida muito movimentada e repleta de estabelecimentos de pequenas indústrias, depósitos, comércio e algumas residências. Durante o dia, o intenso tráfego de carros se dirige para o sentido do centro da cidade. O supermercado, por oferecer produtos em formas de varejo e avulso, concentra, em concorrência com outros mercados populares da região, grande número de consumidores, dos quais muitos vão de carro, outros a pé e alguns de bicicleta. A diferença deste supermercado é seu estacionamento: ele não possui grades ou muros, tão pouco cancelas para controlar a entrada e saída de veículos, isso tem implicância na relação fronteira entre os limites da calçada e o estacionamento que não ficam bem definidos. Toda a extensão das calçadas são de guias rebaixadas para tornar o espaço mais permeável aos automóveis. Seu formato, por estar esquinado em “V”, permite a formação de um área livre residual da fachada do prédio até a rua, esquina da Av. Presidente Juscelino com R. Atibaia.

O decorrer do dia é repetitivo: de manhã, estacionamento cheio, hora em que as pessoas vão comprar produtos de suas necessidades matinais. O estacionamento é tomado por carros que parecem possuir um grau considerável de rotatividade das vagas que ocupam. É só observar a parte da calçada próximo ao semáforo, onde motoristas que tentam sair com sua compra são dependentes da complacência e empatia daqueles condutores que já estão seguindo pela via. E

¹ Geógrafo e aluno de mestrado do Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp. Email: luiztiago.paula@gmail.com

assim funciona esse simples estacionamento de supermercado, na Vila Pompéia, pelo menos até o encerramento do horário de expediente, às 20 horas.

Se o dia é protagonizado pelos veículos automóveis, à noite, quando o supermercado fecha, a quantidade de veículos diminui até não ter mais nenhum, abrindo-se espaço para outros atores urbanos e o lugar ganha uma nova cena.

Como o supermercado não tem muros e cercas, o sistema de segurança do estabelecimento utiliza câmeras de vigilância. Holofotes são posicionados estrategicamente para iluminar todos os pontos do estacionamento e laterais externas do prédio, portas e janelas. Mas a calçada e o estacionamento continuam por ser áreas livres, sem qualquer tipo de barreira ou cercamento. Ao observar vários estabelecimentos da avenida, torna-se evidente o lugar mais iluminado e chamativo entre todos, o estacionamento de esquina do supermercado.

Aproximadamente às 21h, um garoto chega e senta-se próximo a porta do supermercado, apoiado ao *shape* do skate e, distraído, mexe em seu telefone celular. Após alguns minutos outros dois garotos chegam carregando uma estrutura de ferro, ao que parece ser um pequeno pedestal que tem a sua base fundida a um corrimão. Outros garotos começam a chegar com seus skates e músicas nos alto-falantes de seus telefones celular. Em meia hora, o estacionamento se transforma em uma pista de skate. O lugar tomado por um grande grupo, os garotos conversam, cantam, dançam e praticam manobras, ao longo da noite.

Amanhece e o estacionamento está vazio novamente, passando a ser ocupado à medida que o supermercado retoma suas atividades. Carros chegam de todos os lados e assim a dança-do-lugar fecha mais um espetáculo. De dia espaço privado, à noite espaço público, de dia privado, à noite público...

Situação 2: quando o espaço público se torna lugar de privacidade

A cidade é historicamente o espaço do encontro e da diversidade. É nela onde as diferentes atividades econômicas, grupos sociais e manifestações culturais têm maiores possibilidades de se realizarem. Mas, na modernidade, a cidade vem revelando sua face contrária: ela também passou a ser um espaço de desencontro e solidão. Rykwert (2004) afirma ser a cidade moderna um lugar de desejos e

contradições, pois apesar de concentrar muitas classes e culturas, ela é grande e fragmentada demais, cheias de contrastes e conflitos. A negação dessa heterogeneidade é o recatar-se à segurança da privacidade.

Sennett (1988, p.29), ao investigar a conformação da esfera pública burguesa, parafraseou Tocqueville “cada pessoa, mergulhada em si mesma, comporta-se como se fora estranha ao destino de todas as demais”, e nos atentou sobre a tirania da intimidade, sedutora e acolhedora. O silêncio de condomínios fechados, os trajetos solitários dentro de um carro, o fone de ouvido e o mergulho em aparelhos de dispositivos móveis, os encontros “felizes” (*happy hour*) em lugares confinados que não permitem muita diversidade.

Praças, coretos e parques públicos se encontram esvaziados. Para onde foram as pessoas dessa cidade? Assim, muitas vezes, se encontra o Parque Portugal, popularmente, chamado de “Lagoa do Taquaral”, na Av. Heitor Penteado, em Campinas. Nos horários entre manhãs e meio das tardes, o lugar se esvazia, já que o principal público que o utiliza, nos dias de semana, são aqueles interessados em praticar atividades físicas: o que sugere a intensificação de seus usos nos horários de menor temperatura ao longo do dia, antes das dez horas da manhã e após cinco e meia da tarde.

A Lagoa do Taquaral tem formato circular e abrange mil e duzentos metros, sendo a calçada de seu lado externo disputada por aqueles que correm e outros que caminham e, às vezes, a ciclofaixa, junto aos ciclistas, também faz palco dessa disputa. Enquanto estes corpos em movimento fazem a dança-do-lugar do lado de fora, as pequenas praças e bancos no interior do parque ficam vazios à mercê daqueles que vieram se encontrar e que procuram um encontro. São isolados casais de namorados, amigos e familiares, que se sentam ali, distraídos e preocupados com as próprias conversas que, não raras vezes, se referem à vida amorosa, conjugal, afetiva e profissional. Aqueles que estão ao lado de fora caminhando e correndo também conversam sobre esses aspectos da vida sem se importar muito com os outros transeuntes – o parque público se torna quase um “confessionário a céu aberto”.

Nesse contexto de metrópole, em que todos são desconhecidos, e uma atitude *blasé* pode servir de uma armadura revestida pelo **anonimato**, o espaço

público pode ser procurado para se ter mais privacidade, resguardada a uma intimidade muito peculiar: uma intimidade-pública. Espaço público como local de busca pela privacidade significa a extradição temporária de seu círculo social imediato (trabalho, família e amigos) e a submersão em um lugar em que poucos sabem sua identidade pessoal e quase todos têm problemas e desejos comuns aos seus e, dessa forma, não cabendo ser julgados. Isso torna os parques públicos, vazios ou cheios, um excelente lugar para um encontro descontraído entre relações extra-conjugais ou qualquer tipo de conversas confidenciais...

Situação 3: quando o desuso se torna outro-uso

Em metrópoles de vários países, espaços públicos se tornaram quase uma “patologia urbana”. Por serem marginalizados, são neles que as atividades ilegais ocorrem: o uso e tráfico de drogas ilícitas e prostituição associados à precarização das condições de sociabilidade, riscos de assaltos e estupros etc. Este fenômeno acontece por etapas em uma ordem, cujo primeiro passo é a cidade dar as costas aos seus espaços públicos. Eles são esquecidos e abandonados tanto pelos órgãos do poder público responsáveis pelos projetos de intervenções urbanísticas quanto pela sua população. A segunda etapa refere-se aos grupos que percebem esse esvaziamento gradual e veem aí a possibilidade de territorializarem estes lugares, atribuindo a esses espaços valores pejorativos tal como “lugar de ninguém”.

Fica evidente, em grandes centros urbanos, que as discussões sobre espaços públicos se detêm por questões sobre proteção civil e violência urbana. Os projetos urbanísticos de “revitalização” dos centros das cidades passam a ser uma tentativa deliberada de trazer atividades diversificadas que permitam um espectro de atividades comerciais, de serviços e lazer, mais diverso possível. Mas tais projetos, apesar de considerarem uma gama de elementos comuns a vários centros urbanos – vide o projeto urbanístico de Barcelona, na década de 1980, que serviu como modelo para várias cidades do mundo – estão expostos ao risco de fracasso. Isso porque as cidades possuem histórias particulares e dinâmicas cotidianas singulares as quais nem sempre são consideradas na aplicação dessas intervenções.

A praça Ópera À Noite no Castelo, no centro de Campinas, é um lugar situado abaixo de viadutos que interligam duas avenidas estruturantes da região, Av. Senador Saraiva e Av. Orosimbo Maia. O lugar já há algumas décadas foi apelidado como “cracolândia” de Campinas, apelido que faz referência aos usuários de crack que frequentam o lugar, geralmente pessoas moradoras em situação de rua. Esse termo foi utilizado pela primeira vez no centro da cidade de São Paulo, sobre as imediações das Avenidas Duque de Caxias e Ipiranga. No caso de Campinas, esse apelido foi largamente difundido pelas mídias locais e passou a ter aprovação da opinião pública.

O fato é que, mesmo com a construção desse estigma e as operações de ronda pela Guarda Civil Municipal de Campinas para controlar a concentração desses frequentadores, a praça revela um aspecto comum: ela serve como local de passagem para muitas pessoas que atravessam o centro e isto lhe dá, ainda que restrita, certa visibilidade. A Ópera À Noite No Castelo tem suas entradas e saídas edificadas sob túneis e escadarias, com um pátio central, em formato retangular que dá acesso a dois patamares mais altos, onde ficam os canteiros e bancos. Em algumas paredes, há pichações de cunho político e poético, grafites e cartazes, mesclando sensações que ora podem estar associado ao vandalismo, ora a espécie de um romantismo urbano. A praça é uma fronteira oculta, física e simbólica, entre duas paisagens, a parte antiga e a nova do centro da cidade (MARANDOLA JR. et al, 2010).

As manhãs de sábados, o centro da cidade mistura pessoas que vão ao trabalho e outras que estão em seus momentos de lazer. Isso tem um peso importante para as praças, porque elas, nestes dias, concentram aquelas pessoas que procuram a pausa, o descanso nos bancos e escadarias, em meio ao movimento. Em uma manhã destas, alguns garotos escalavam as muretas e saltavam os bancos da Ópera À Noite no Castelo. Alguns deles percorriam parte do parapeito, em cima do viaduto, e saltavam para o patamar mais baixo. Eram adolescentes *traceurs*, ou seja, praticantes de *Parkour*, um esporte que tem como princípio utilizar da força e habilidades do próprio corpo para vencer obstáculos, tal como muros, corrimões e fachadas. Eles se divertiam e chamavam a atenção daqueles que passavam. A praça estava cheia e barulhenta...

Fenomenologia da experiência urbana: a efemeridade e a contingência da fluidez cotidiana

Considerar os espaços públicos urbanos como eles se apresentam aos sentidos e tentar uma interpretação possível seria a primeira tarefa de uma fenomenologia da experiência urbana. Seja pelo prenúncio husserliano de “voltar às coisas mesmas” (DARTIGUES, 2005; HUSSERL, 1986.) ou as buscas heideggerianas pelas “essências” ou aquilo que se “mostra-em-si-mesmo” (HEIDEGGER, 2012;), o contato com a fluidez e a contingência urbana apenas poderiam ser experienciadas pelo *flâneur*, o andarilho e errante personagem histórico que caminha entre os *boulevardies* sem se preocupar, a princípio, com um destino definido (FEARTHSTONE, 2000; BENJAMIM, 2004). O *flâneur* coloca o próprio corpo à prova, enquanto ser-aí ou um ser-no-mundo (HEIDEGGER, 2001), participando e submergindo-se. Ao rés-do-chão, ele, o *flâneur*, anda e internaliza o exercício constante de uma contínua redução eidética, suspendendo seus preconceitos e opiniões pessoais. Envolve-se com os lugares e anota as primeiras impressões que, pacientemente, lhe dão as primeiras pistas para perseguir os fenômenos que revelam o espírito do lugar, seu *genius loci* (RELPH, 1976).

Os lugares coletivos urbanos, sejam eles de caráter público ou privado, podem apresentar distintas circunstancialidades (MARANDOLA JR., 2012). Mas é o espaço público, por excelência, um lugar de abertura capaz de criar situações imprevisíveis. Senão por experiências intersubjetivas, pouco se poderia percebê-las e concebê-las. Quando Arroyo (2015) procura entender os espaços públicos a partir de sua forma, usos e significados, ele reconhece, na contemporaneidade, algumas situações que classifica como **heterotópicas**. A forma, o uso e o significado dos espaços públicos, muitas vezes, não se correspondem. Esse talvez seja um dos grandes legados da modernidade, entender as múltiplas possibilidades que os espaços públicos permitem, especialmente nos contextos metropolitanos. Procurei apresentar aqui, a partir de uma perspectiva fenomenológica algumas dessas situações para pensar a experiência urbana do espaço público na contemporaneidade.

Que é espaço público na experiência urbana contemporânea?

As cidades modernas possuem várias tipologias e naturezas de espaços públicos. Geralmente, a opinião pública baliza as ideias pelo grau de acessibilidade física e social: aberto ou fechado. Mas, de fato, a ideia de espaço público é mais complexa que isso. Existem instituições que ofereçam serviços específicos de caráter público como, por exemplo, fóruns, conselhos e hospitais. Tais espaços possuem uma função bem definida, mas o que pensar sobre aqueles espaços públicos urbanos de uso comum, tal como praças, largos e parques? Eles não são simplesmente públicos como as calçadas, que são espaços residuais entre as fachadas das construções e o limite da rua. São amplos espaços abertos que possuem formas, mas seus usos, sentidos e significados estão em constantes mudanças.

Procurei investigar essa categoria de lugares urbanos de uso comum, não seus limites jurídicos e formais que estabelecem seus usos normativos e legais, mas o conjunto de possibilidades e maneiras de apropriação, uso e ocupação que dão sentidos à experiência urbana contemporânea que se faz rica à medida que revela sua dimensão mais imprevisível, aberta e indeterminada.

Parques públicos, praças e largos conferem uma centralidade física dentro das paisagens urbanas, sua concentração se distingue por espaços transponíveis e permeáveis que contrastam com outras formas de edificações. Tal como afirma Jacobs (2000), um terreno altamente construído não se realiza uma cidade, basta examinar localidades que possuam apenas edifícios residenciais ou empresariais. Apesar desses locais terem funções específicas, eles não realizam o sentido pleno de cidade, são apenas terrenos densamente construídos. Não à toa, espaços privados abertos cujo controle de uso permite brechas para ocupação e uso público pode se tornar um “espaço público” a qualquer momento, como na “Situação 1”.

Espaços públicos urbanos abertos e semi-abertos, para além das configurações infraestruturais, concentram também outro tipo de centralidade, uma densidade simbólica. Em diferentes circunstâncias, a categoria espaço público é remetida ao status de espaços imprescindíveis ao exercício da cidadania e à

manifestação pública, lugares de direitos onde se asseguram o uso livre, a circulação e a expressão da opinião pública: o encontro e a pluralidade entre indivíduos, classes e grupos socioculturais (BORJA; MUXÍ, 2000; GOHEEN, 1998; MITCHELL, 1996). Esta idealização se realiza enquanto incumbências – proximidade, diversidade e acessibilidade (ZUKIN, 1995) – que visam ser garantidas por uma legislação baseada em ideais e preceitos que definem o próprio conceito moderno de democracia.

A critério de análise, a dimensão sociopolítica do espaço público ora se sobrepõe, ora é transposta à sua dimensão urbana: formulações que propõem a correspondência entre processos políticos e as formas físicas e usos cotidianos dos espaços urbanos criam, seja no campo acadêmico-científico ou no campo de políticas públicas, uma função específica a estes lugares – o contínuo processo de democratização da cidade contemporânea (ABRAHÃO, 2008). Não obstante, a presença de centros cívicos são vistos como símbolos da identidade urbana e memória coletiva, ao registrar marcos ou períodos da história política das cidades. Ainda são esses espaços que permitem, mais livremente, atividades recreativas que visem a oferta de serviços públicos, comunhões e confraternizações comuns ou manifestações políticas de grupos que procuram visibilidade diante do descontentamento com o Estado ou com setores da sociedade civil, por exemplo.

Essa dimensão política que a partir de fenômenos sociopolíticos conferem outra dimensão a esses espaços urbanos, agrega e idealiza debates sobre valores, convivência, solidariedade, justiça e igualdade social. Em diversos países, onde a emergência de um urbanismo crítico aos preceitos das teorias mais conservadoras pôde revelar a potencialidade dos espaços públicos como principal elemento para a garantia do direito à cidade (LEFEBVRE, 1991), fez com que estes lugares fossem abordados como espaços de resistência ao modelo de desenvolvimento, planejamento e (re)produção dos espaços urbanos vigente ao contexto neoliberal (LENCIONI, 2008; RODRIGUES, 2008).

Essa significação ideológica e política dos espaços públicos impõe uma série de questões relacionadas às modalidades concretas de gestão, controle, manutenção, apropriação e uso das praças e ruas urbanas. O próprio Estado, enquanto órgão planejador, tem seu papel fragilizado e questionado diante do

padrão de desenvolvimento capitalista e consumista da cidade, vide os processos de gentrificação e segregação socioespacial a partir da exacerbação de condomínios fechados em diferentes metrópoles brasileiras (LEITE, 2007; MELGAÇO, 2012; SERPA, 2007; TURCZYN, 2013; VALVERDE, 2007).

Esse contexto assinala a morte da vida pública na experiência social contemporânea, bem como a incontornável queda dos espaços urbanos de uso coletivo e público. Não por menos, muitos estudiosos têm chamado a literatura que compete à análise da categoria espaço público como uma *literature of loss* (KILIAN apud LEITE, 2008), *neglected spaces* ou *lost spaces* (CARMONA, 2010). Temas como abandono, depredação e violência urbana são associados para desqualificar esses espaços e fomentar investimentos sobre sistemas privados de segurança, o que confere o discurso de eficiência e marca do prestígio e distinção social de classes (ARANTES, 2000).

A experiência contemporânea em espaços públicos urbanos agregam todas essas dimensões: o desejo por cidades mais democráticas e plurais e, ao mesmo tempo, o estigma do esvaziamento e a perda do sentido da vida pública e política como marcas da sociedade moderna (ARENDDT, 2004; HABERMAS, SENNETT, 1998). Talvez, a marginalização dos espaços públicos seja uma consequência direta de uma “cultura do risco” (BECK, 2010), onde o discurso sobre a cidade nega sua própria condição de promoção da diversidade e do encontro, criando fenômenos associados ao medo e à insegurança, tal como SOUZA (2008) denominou de “fobópole” e autores como Borja e Muxi (2000) chamaram de “agorafobia” dos espaços públicos.

Essas são talvez, para sermos sintéticos, algumas das questões que tangenciam a experiência urbana dos espaços públicos a partir da literatura. No entanto, elas não limitam e, muito menos, esgotam as possibilidades de compreender e questionar, fenomenologicamente, esses lugares. Pois há neles, uma dimensão de indeterminação e abertura, fluída e efêmera. Arroyo (2007), inspirado pelos conceitos de Deleuze e Guatarri, propõe que há nos espaços públicos eventualidades que ocorrem feito um rizoma do comportamento social e seus processos costumam ser aleatórios e imprevisíveis. Os espaços públicos são sempre obras inacabadas, esta é a própria essência de sua constituição.

Campinas: a cidade perdida?

Trouxe as três situações da cidade de Campinas, no interior de São Paulo, pois esta parece ser um dos ícones e exemplo, entre as metrópoles brasileiras, de esvaziamento e morte de seus espaços públicos. Dadas às condições históricas, a cidade passou por grandes projetos urbanísticos ao longo do século anterior (BADARÓ, 1996). Desde o Plano de Melhoramentos Urbanos (1934-1962) até as décadas de 1970-80, a paisagem de uma cidade provinciana fora, gradativamente, dando lugar a elementos de uma opulência industrial e metropolitana: uma metrópole que não tinha seus espaços públicos como elementos fundantes de sua estrutura urbana – pequenas ruas, praças e coretos foram substituídos por grandes avenidas.

A Campinas do século XXI, com sua paisagem urbana espalhada e fragmentada, se prenuncia como uma cidade silenciosa e de condomínios fechados com pessoas se movimentando apenas pelas auto-estradas (MONTEIRO, 2001). Os espaços públicos se apresentam, por vezes, como espaços que não fazem mais sentido para o estilo de vida da metrópole contemporânea, como se fosse pontos agonizantes entre os fluxos da cidade.

A “cidade perdida” como é, eventualmente, cognominada (AMARAL, 2013) se refere à memória dos espaços públicos urbanos de Campinas que não fazem mais o cartão-postal no imaginário urbano da cidade. Mas ela não seria perdida se, no próprio processo de perder-se, estivesse a possibilidade do encontro. São esses encontros que registro neste ensaio. Talvez o permanente processo entre o declínio e a reascensão dos espaços públicos faz com que essas heterotopias urbanas sejam cada vez mais recorrentes. Esse diagnóstico é o *insight* para os projetos de intervenção urbanística sobre a importância de ouvir a cidade. Se lugares como estacionamentos e viadutos são lugares de práticas esportivas e calçadas e praças estão sendo utilizados para outros infinitos encontros de comunhão social, é um indicio que os espaços públicos vivem, não necessariamente, sobre os sítios arquitetônicos que conferem a paisagem urbana, mas os desejos pelo reencontro que sobrevivem entre os sonhos e imaginários de cada cidadão. Os espaços

públicos urbanos devem ser, portanto, obras sempre inacabadas e não totalmente institucionalizadas, para permitir essa abertura que é inerente à própria vida pública da cidade. A existência, destes lugares, se realiza, assim, enquanto possibilidades, aberturas para efêmero e o indeterminado.

Referências

- ABRAHÃO, Sérgio L. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- ARANTES, Antonio A. **Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. (trad. Roberto Raposo) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- ARROYO, Julio. Paisage e espacio público: una lectura desde America Latina. **Geograficidade**, v.5, n.1, 2015.
- ARROYO, Julio. Bordas e espaço público: fronteiras internas na cidade contemporânea. **Arquitextos**, n.07, fev. 2007. [*Disponível em:* <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/269>]
- BADARÓ, Ricardo. **Campinas: o despontar da modernidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- BECK, U. **Sociedade do risco**: rumo a outra modernidade. (trad. Sebastião Nascimento). São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BORJA, Jordi & MUXÍ, Zaida. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2000.
- DARTIGUES, André. **O que é filosofia?** (trad. Maria José J. G. de Almeida) 9.ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- CARMONA, Matthew. Contemporary public space: critique and classification, Part one: Critique. **Journal of urban design**, v.15, n.1, p. 123-148, 2010.
- FEATHERSTONE, Mike. O flâneur, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES,

Antonio A. (Org.) Espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.

GOHEEN, P. Public space and geography of the modern city. **Progress in Human Geography**, v.22,n.4, p. 479-496, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1986.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. (trad. Fausto Castilho) Campinas, SP: Editora Unicamp; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: Ensaios e conferências. (trad. Emmanuel C. Leão) Petrópolis: Vozes, 2001.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de cidades grandes**. (trad. Carlos S. Mendes Rosa) São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEITE, Rogério. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.

LEITE, Rogério P. Localizando o espaço público: *Gentrification* e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, p.35-54, 2008.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **Geousp**, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: HOLZER, Werther; MARANDOLA JR., Eduardo; OLIVEIRA, Lívia. (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia e Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARANDOLA JR., Eduardo; DE PAULA, Fernanda C.; DE PAULA, Luiz T.; PIRES, Maria C.S. Paisagem e imagem da cidade: a forma e a experiência urbana de Campinas. **Textos NEPO** (UNICAMP), v. 64, p. 1-102, 2012.

<http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_64.pdf>.

MELGAÇO, Lucas. A cidade de poucos: condomínios fechados e a privatização do espaço público em Campinas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n.1, p.81-105, 2012.

RODRIGUES, Arlete M. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: PEREIRA, E. M. (Org.) **Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**. Chapecó: Argos, 2008.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. (trad. Lygia Araujo Watanabe) São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Marcelo L. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TURCZYN, Daniel T. Mutações urbanas em Campinas: sua forma e paisagem. 2013. 208f. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura) Curso de Pós-Graduação em Tecnologia e Cidade, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

VALVERDE, Rodrigo R. H. A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca. 2007. **Tese** (Doutorado em Geografia), IGEO/ PPGG – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ZUKIN, Sharon. **The culture of cities**. Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1995.